

O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA ENQUANTO EIXO NORTEADOR DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Jusciane do Bom Parto Pinheiro Oliveira¹
Thayna Raquel Santos Pinto²
Prof. Dr. Severino Vilar de Albuquerque³

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC, do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), tendo como órgão de fomento a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – (FAPEMA). O presente estudo busca conhecer as contribuições e desafios do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), como importante instrumento de monitoramento da qualidade da educação brasileira.

A constituição federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996) funcionaram como grandes propulsores para que educação fosse redemocratizada, pois nesses documentos a educação é colocada como direito de todos e dever do Estado protegê-la em todas as dimensões, tanto no acesso quanto na qualidade. Entretanto, de acordo com Albuquerque (2013) a expansão da educação básica pública para as classes menos favorecidas alavancada pela LDBEN/1996, constatou uma contradição alarmante, onde se concluiu que o aspecto quantitativo não cresce junto com o qualitativo.

Portanto, para atingir o aspecto qualitativo da educação, que se tornou o grande déficit da educação nacional, em 24 de abril de 2007 foi lançado pelo Ministério da Educação (MEC) o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), pelo Decreto 6.094, que institui o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, firmando um regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Após adesão voluntária ao compromisso, os entes federativos passam a ser assistidos por 28 diretrizes, que, junto com os compromissos constituem as bases de sustentação do PDE, pois elas consideram a dívida histórica que temos com educação, contemplando os mais diversos níveis e modalidades em uma concepção que parte da perspectiva de que na educação todas essas partes devem estar articuladas.

Com seus programas voltados para melhoria da qualidade da educação, o PDE definiu como parâmetro de qualidade e como norteador dos programas de ações o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O IDEB utiliza-se do resultado da Prova Brasil + Fluxo escolar, projetando médias para serem atingidas a cada dois anos pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, para cada escola, buscando sempre a equidade.

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, juscyliveira84@gmail.com;

²Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, thaynaraquel208.tr@gmail.com;

³Professor Orientador: Prof. Dr. da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, svalbuquerque@uol.com.br

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente estudo se enquadra na abordagem qualitativa, para melhor compreender e analisar o fenômeno, em suas múltiplas dimensões, considerando o contexto no qual se materializa. Segundo Oliveira (2008, p.7) “O pesquisador qualitativo pauta seus estudos na interpretação do mundo real, preocupando-se com o caráter histórico-social, hermenêutico na tarefa de pesquisar sobre as experiências vividas dos seres humanos”. Partindo disso pode-se perceber que autor ressalta a preocupação da pesquisa qualitativa em compreender o sentido, para melhor entender as experiências presenciadas pelo sujeito, não apenas se acomodando com o que é apresentado, mas buscando compreender as contradições presentes no fenômeno.

Para melhor entender e atingir o objetivo da pesquisa que se situa no campo educacional, foi realizada pesquisa bibliográfica a respeito do IDEB focando na sua importância como eixo norteador e índice balizador das ações do PDE. De acordo com Malheiros (2010) a pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todas as áreas de pesquisa, pois é essencial que o pesquisador busque outros materiais sobre o tema para melhor entender a temática, para evitar repetições e tomar algo já produzido como inédito.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) UM IMPORTANTE INSTRUMENTO PARA O MONITORAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Para garantir a melhoria da qualidade da educação o PDE apresenta como eixo político o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, sistematizado em 28 diretrizes contemplando todos os níveis e modalidades. Para o cumprimento das diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, o MEC se armou de um novo dispositivo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Buscando uma nova forma de avaliar a aprendizagem dos alunos, em 2005 foi aplicada a Prova Brasil, que apresentou como resultado a média de 3,8 e, nesse sentido, levando a se considerar o atraso da educação brasileira em relação a outros países, foram traçadas metas progressivas para a melhoria desse índice, estabelecendo atingir em 2021 a média de 6.0, por meio do IDEB, calculado em uma escala de 0 a 10, semelhante às escalas dos países da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador educacional criado pelo MEC, a partir de estudos desenvolvidos pelo INEP para avaliar o nível de aprendizagem dos alunos do ensino público. O índice é calculado com base nos dados de rendimento (aprovação, evasão e reprovação) e desempenho nas provas da Prova Brasil. De acordo com o documento oficial do PDE, o IDEB permite identificar as redes e as escolas públicas mais frágeis a partir de critérios objetivos e obriga a União a dar respostas imediatas para os casos mais dramáticos ao organizar o repasse de transferências voluntárias com base em critérios substantivos. (BRASIL, 2007).

A prova Brasil é um diagnóstico em larga escala a respeito das disciplinas de português e matemática, realizada do 5º ao 9º ano, o resultado dessa prova é somado com fluxo escolar que consiste no índice de aprovação, reprovação e evasão. A relação entre esses dois aspectos surgiu da necessidade de evitar fraudes que poderiam ocorrer se o índice contasse somente com uma prova.

O IDEB serve de bússola para se pensar quais fatores devem ser mudadas para se alcançar as metas, não somente relacionado às questões quantitativas, mas a relação de chegar à qualidade de educação. Segundo Feitosa (2007) o índice tem se constituído como um alerta para os dirigentes municipais pensarem acerca do planejamento de programas, projetos, atividades e ações necessárias para responder os objetivos do PDE.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises nos levaram a destacar questões extremamente importantes a respeito do IDEB, onde a política do PDE tem os elementos dos seus programas pautados unicamente em resultados de avaliação de qualidade e no rendimento dos alunos e para isso ele conta com o Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB).

O IDEB baliza a aplicação de assistências técnicas e financeiras da União em uma política de punição e promoção para aqueles que atingirem as metas que são projetadas a cada dois anos pelo INEP, o que de acordo com Ivo e Hypolito (2008) pode ser bem perigoso para a educação nacional, pois a escola fica submetida às exigências de mercado, já que o IDEB provoca preocupações voltadas para “níveis de desempenho”, “resultados” e “formas de qualidades”, possibilitando um controle maior do Estado, mas segundo os autores retira a autonomia das escolas.

Em relação às projeções das metas do IDEB, elas caminham para atingir a grande meta nacional para o país em 2021 sendo ela 6,0, que é o mesmo patamar educacional dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Entretanto para que o país atinja essa média os Estados, Municípios e as escolas, precisam contribuir em conjunto atingindo suas metas para elevar a do país, dessa forma todos contribuem para que o Brasil atinja a meta no prazo definido.

É evidente a importância de um índice de qualidade como o IDEB para que haja um acompanhamento do progresso educacional, pois de acordo com Oliveira (2007) o IDEB, nesse sentido, representa um grande avanço para a educação nacional tendo em vista que ele torna o debate entorno dos resultados do processo educativo mais transparente e objetivo e, portanto, passível de verificação, por todos os interessados pela melhoria da qualidade da educação nacional.

Os autores Ivo e Hypolito (2008) também reconhecem a importância do IDEB ao considerar que as ações do PDE seriam totalmente fragmentadas e sem comunicação se não fosse o IDEB, que do ponto de vista deles, é o índice norteador das ações do PDE. Portanto, o IDEB é um instrumento extremamente importante também para o contexto da política do PDE.

No entanto, esse índice possui suas limitações, como assevera Oliveira (2007) o fato do IDEB ser um teste de proficiência com pouca abrangência disciplinar, já que a prova Brasil só contempla português e matemática, entre outras limitações que decorrem do procedimento de aplicação das provas, fazem com que o IDEB não funcione como um bom reflexo do quadro educacional, até porque só se está avaliando quem está dentro da escola, então Município pode estar com o IDEB até acima da meta projetada e ainda permanecer na escuridão do analfabetismo.

Diante desse aparente impasse, que são as fragilidades e contribuições do IDEB, Cury (2007) sintetiza tudo isso dizendo que prefere pensar no IDEB como sendo uma dimensão de qualidade, no qual possuem muitas outras que devem ser levadas em consideração, como o processo e insumos. É evidente a fragilidade do IDEB em abranger a qualidade em todas as dimensões, pois ela também é identificada por OLIVEIRA (2007, p. 33):

Não é possível pensarmos em monitorar o sistema apenas com resultados, desconhecendo as condições em que os processos de ensino-aprendizagem ocorrem. Nessa perspectiva, em um indicador de qualidade é necessário que se incorpore uma dimensão que represente as condições em que ocorre o processo ensino-aprendizagem.

Portanto, por mais que o IDEB possua seus pontos negativos, ele ainda se constitui como um importante instrumento para tratar do aspecto qualitativo da educação, pois pela primeira vez são apresentados dados concretos e transparentes para serem discutidos, ou seja, ele traz pela primeira vez o aspecto da qualidade para a discussão, mesmo que apresentando somente uma vertente dessa qualidade como afirmam os autores, ainda assim o IDEB é um índice essencial e significativo para a educação nacional.

Com isso é possível perceber que o índice é instrumento muito importante e que por isso precisa ser elaborado com mais cuidado, pois de acordo com Feitosa (2007) os indicadores de qualidade quando bem elaborados tornam-se um instrumento de grande importância para medir tendências e resultados, contribuindo para tomada de decisão dos dirigentes e gestores, que atendam os que estudam e residem nesse território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IDEB, como evidenciado no estudo, é um instrumento extremamente importante para a política do PDE, pois como os próprios autores coloram sem ele as ações do PDE seriam totalmente desarticuladas e sem comunicação, ou seja, o índice articula as ações do Plano ao apresentar os resultados que precisam ser alcançados para que os recursos advindos da parceria com o governo federal cheguem no chão das escolas. Além disso, o índice é indispensável, porque é surpreendentemente inovador, porque pela primeira vez é possível gerar um debate em torno da qualidade da educação, pois o IDEB é um índice transparente e de fácil acesso para todos os interessados na melhoria da qualidade da educação.

Entretanto apesar de ser notável sua importância, segundo os autores, ainda assim o IDEB continua sendo um índice descontextualizado da realidade local, por não possuir toda abrangência necessária para retratar a realidade educacional. Esse índice, ainda como evidenciado, pode trazer um reflexo negativo para as escolas uma vez que estas podem começar a se preocupar somente com os resultados e não especificamente com a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

A solução para preencher essas lacunas apresentadas no índice, como os próprios autores colocaram seria um complemento dos dados coletados com algo além dos resultados apresentados, porque os dados apresentados representam apenas uma das dimensões de qualidade desejada, onde se têm muitas outras que precisam ser levadas em consideração e que carecem de mais do que números para representar a realidade de qualidade, como as condições em que o processo de ensino-aprendizagem ocorre, se a escola tem os materiais necessários para proporcionar um ensino de qualidade, se o trabalho docente é devidamente valorizado e entre outras questões relacionadas ao processo educacional.

No entanto, apesar das limitações o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como reconhecido pelos próprios autores não deixa de ser uma ferramenta importante para se refletir e monitorar o aspecto qualitativo da educação.

Palavras-chave: Qualidade da Educação, Índice de Desenvolvimento da Educação, Plano de Desenvolvimento da Educação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Severino. Formação continuada de professores no Estado do Maranhão: do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) ao Plano de Ações Articuladas (PAR). 497. Tese-Doutorado em Educação– Universidade de Brasília, 2013.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Brasília, 2007. (Cartilha do PDE divulgado pelo MEC).

CURY, Carlos. Impacto sobre as dimensões de acesso e qualidade. **O plano de Desenvolvimento da Educação**, São Paulo, v.4, p. 14-15, 2007.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. A utilização dos indicadores na gestão municipal. São Paulo: Ação Educativa, 2007.

IVO, Andressa; HYPOLITO, Álvaro. O Plano de desenvolvimento da Educação uma análise no contexto escolar. Rio Grande do Sul, 2008.

LDB – Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em setembro de 2019.

MALHEIROS, Márcia. O processo de pesquisa na Graduação. Trabalhos de conclusão de cursos: normas e padrões, Campo Grande, 2010.

OLIVEIRA, Cristiano. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: Tipos técnicas e características. Travessias, Alagoas, ed.04,2008.

OLIVEIRA, Romualdo. Qualidade com garantia de respeito às diversidades e necessidades de aprendizagem. **Plano de Desenvolvimento da Educação**, São Paulo, v.4, p.32-34, 2007.